LEI Nº 1.847, DE 19 DE MARÇO DE 2002 - “AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A DESCONSTITUIR DÉBITOS ORIGINADOS DO ABASTECIMENTO IRREGULAR DE ÁGUA POTÁVEL NO INTERIOR DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

19/03/2002 | [Leis](#)

LEI Nº 1.847, DE 19 DE MARÇO DE 2002.

“Autoriza o Poder Executivo a desconstituir débitos originados do abastecimento irregular de água potável no interior do Município e dá outras providências”.

LAURO LUIZ MARMILICZ, Prefeito Municipal de Guarani das Missões, Estado do Rio Grande do Sul,

FAÇO SABER que em cumprimento ao disposto no artigo 62, inciso IV da Lei Orgânica que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Está autorizado o Poder Executivo Municipal a desconstituir ou anular débitos originados do fornecimento irregular de água potável para as comunidades do interior do Município.

Art. 2º - Para a desconstituição ou anulação do débito, que poderá ser parcial ou total, será formada uma comissão, que será assim constituída:

1. 01 representante da localidade na qual for realizada a vistoria;
2. 01 representante do Poder Legislativo, indicado por este;
3. 02 servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo;
4. 01 representante da Secretaria de Administração ou da Fazenda.

Art. 3º - O objetivo da comissão é verificar se as instalações da rede de água proporcionaram o correto abastecimento ao cidadão, devendo a comissão elaborar estudo de cada situação em particular, para decidir a respeito da desconstituição do débito, podendo realizar diligências, inclusive depoimentos de testemunhas, para alicerçar a sua decisão.

Art. 4º - A comissão decidirá a respeito da desconstituição ou não do débito com base em provas substanciais, não podendo simplesmente determinar a desconstituição apenas a partir da informação do cidadão.

Parágrafo Único: Após a decisão, a comissão deverá entregar relatório ao Prefeito Municipal, comunicando suas conclusões e, este, a ratificará, podendo exigir sejam colhidos novos elementos.

Art. 5º - No despacho que ratificar o resultado do trabalho da comissão, o Prefeito Municipal determinará a desconstituição do título, inclusive cancelamento de dívida ativa.

Art. 6º - Também caberá à Comissão apurar se a falha no abastecimento de água decorre de problemas gerados por serviços não executados corretamente ou em razão do material empregado, sugerindo eventuais providências para melhoria deste serviço vital aos cidadãos.

Art. 7º - Para a completa execução e eficácia desta lei, como forma de atuação, prazos e demais procedimentos, o Poder Executivo editará Decreto, contendo todas normas que entender convenientes e necessárias para este fim.

Art. 8º - Caberá à Secretaria da Fazenda apurar eventual impacto financeiro nas contas públicas, decorrente do resultado final do trabalho da comissão, sugerindo as medidas a adotar para suportar este reflexo.

Art. 9º - Eventuais despesas decorrentes desta lei serão suportadas por dotação orçamentária própria.

Art. 10 - Esta lei terá vigência imediata a partir de sua publicação e vigorará pelo prazo determinado de 180 (cento e oitenta) dias, que poderá ser prorrogada por períodos sucessivos a critério do Poder Executivo, ficando revogadas disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARANI DAS MISSÕES, 19 DE MARÇO DE 2002.

LAURO LUIZ MARMILICZ

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

EDUARDO WARPECHOWSKI

SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO